

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/02/2007 a 03/06/2014

Indexação: "PEC 166/2007"

Documento 1/2

181.3.54.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	25/06/2013-14:36
Publ.: DCD - 17/12/2013 - 59779	JANETE ROCHA PIETÁ-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Defesa de manutenção do poder de investigação do Ministério Público. Transcurso dos aniversários dos Municípios de Atibaia, Iepê, Rio Claro e Joanópolis, Estado de São Paulo. Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição nº 166, de 2007, sobre a destinação de percentual de recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM para entes federativos com unidades de preservação ambiental.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT-SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o poder investigativo do Ministério Público deve continuar, mas é preciso disciplinar a conduta investigativa, para que se criem mecanismos quanto à responsabilização daqueles que "plantam" algo ou fazem denúncias infundadas.

Sr. Presidente, quero agora saudar várias cidades do meu Estado, como Joanópolis, que ontem completou 135 anos. Saúdo também o Prefeito Adauto e toda a população. É uma cidade que podemos chamar de Pérola do Brasil.

Peço a V.Exa. que dê ampla divulgação a este pronunciamento, em que digo o porquê de um mandato popular, o motivo por que luto nesta Casa.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero saudar a população das

idades de Atibaia (348 anos), Iepê (69 anos), Rio Claro (186 anos) e Joanópolis (135 anos), que, na segunda-feira, dia 24, Dia de São João, comemoraram aniversário de fundação. Presencialmente, eu participei das festividades de Joanópolis. Por intermédio do Prefeito Adauto Batista de Oliveira, da esposa dele, Roberta, e do Padre Felicíssimo, quero parabenizar toda a população joanopolense.

Agradeço aos Vereadores daquela cidade, que me concederam, em dezembro de 2012, o título de Cidadã Joanopolense. Sempre deixei claro que, desde a primeira vez em que estive na cidade, eu me senti encantada com a beleza e a leveza de suas represas e montanhas.

Para que a beleza de Joanópolis e de outras cidades turísticas seja mantida, apresentei a Proposta de Emenda à Constituição nº 166, de 2007, que estabelece que até 0,5% da arrecadação federal a ser entregue ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, seja distribuído aos entes federativos que possuam unidades de conservação.

É com orgulho que comunico que, desde o ano de 2010, venho destinando verbas do Governo Federal, por meio de emendas parlamentares, ao Município de Joanópolis. São verbas destinadas para as áreas de agricultura (aquisição de máquinas agrícolas), saúde (ampliação de UBS) e cultura (implantação do Centro Unificado das Artes, o CEU das Artes) do Município, no valor total de 1 milhão e 580 mil reais.

Também devemos trabalhar para que essas cidades invistam em cursos federais, para capacitar a juventude, que vai contribuir para o crescimento da nossa Nação.

Documento 2/2

166.4.54.O

Sessão Deliberativa Extraordinária -03/06/2014-
CD 15:54

Publ.: DCD - 04/09/2014 - JANETE ROCHA PIETÁ-PT -SP
191

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Apoio à aprovação das Propostas de Emenda à Constituição nº 213, de 2012, sobre a inclusão do acesso à água como direito social, e 166, de 2007, sobre o estabelecimento de até 0,5% (meio por cento) da arrecadação federal a ser entregue aos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e dos Municípios (FPM), seja distribuído aos entes federativos que possuam unidades de conservação.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputada Andreia Zito, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria, nesta Semana do Meio Ambiente, de destacar duas PECs de minha autoria, que eu considero de suma importância.

A primeira, Sr. Presidente, é a PEC 213, de 2012, que inclui a água como direito social. A segunda é a PEC 166, que estabelece uma porcentagem da arrecadação federal a ser repassada aos Municípios - uma forma de colaborar com aqueles Municípios que contribuem para as grandes metrópoles na conservação ambiental e no repasse da água.

Sr. Presidente, neste momento, eu gostaria de solicitar a V.Exa. a dispensação da PEC 166 da PEC da reforma tributária, que não foi à frente. Eu já solicitei isso. Considero que a questão da água é fundamental. Sem água, não há possibilidade de vida. Nós, em São Paulo, estamos vivendo um momento crítico, porque está havendo racionamento de água, e água é um direito.

Sr. Presidente, termino dizendo também da importância de nós votarmos todas as emendas que nos restam sobre a questão do Plano Nacional de Educação.

Peço a V.Exa. ampla divulgação do meu pronunciamento.

Muito obrigada.